

O Jubileu como chave hermenêutica de justiça social: uma análise textual da tradição jubilar na bíblia

Adriel Santana de Oliveira ¹

Resumo: O presente trabalho é fruto de debates da EFP Pr. Martin Luther King Jr da Igreja Batista e Coqueiral sobre o conceito de jubileu e objetiva elaborar a temática do jubileu enquanto chave hermenêutica da compreensão bíblica de justiça social visando formar uma compreensão sistemática dos textos bíblicos veterotestamentários correlacionados com a temática e suas implicações neotestamentárias. Para tanto, pretende-se a construção de saberes bíblicos de forma colaborativa com a realidade contemporânea, mas a compreensão necessária dos escritos bíblicos e suas implicações no ideário de justiça social. Vê-se essa questão como cerne do entendimento do Reino de Deus no ministério de Jesus, da igreja primitiva e da tradição cristã.

Palavras-chave: Jubileu; tradição jubilar; justiça social.

Abstract: The present work emerges from debates at the EFP Pr. Martin Luther King Jr. from Coqueiral Baptist Church regarding the concept of jubile and aims to develop the theme of jubile as a hermeneutical key for the biblical understanding of social justice, with the objective of forming a systematic understanding of Old Testament biblical texts correlated with the theme and its New Testament implications. Therefore, it intends to construct biblical knowledge collaboratively with contemporary reality, emphasizing the necessary comprehension of biblical writings and their implications for the ideology of social justice. This issue is perceived as central to the understanding of the Kingdom of God in the ministry of Jesus, the primitive church, and the Christian tradition.

Keywords: Jubile; jubilary tradition; social justice.

1 INTRODUÇÃO

Pensa-se um fazer teológico muito associado a reflexões com foco acadêmico sem implicações nas necessidades reais da vida. Isso é devido a um fazer teológico vinculado à estrutura dominante de construção de saberes onde esqueceram “que seu trabalho só faz sentido se se mantiver estreitamente vinculado ao modo de ser e agir da igreja” (Padilla, 2009, p. 25), o sentido aqui presente é de uma *praxiologia relacional*, bem fundamentada, mas objetiva no cenário concreto da vida. Outrossim é a questão dos lugares seletivos ao que diz respeito ao fazer teológico, local esse negado às populações menos favorecidas. Na contramão

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco; Egresso do Programa de Educação Tutorial - Encontros Sociais: Conexões de Saberes UFPE; Pós-graduado em Política para Cristãos pelo CEFEP-PUC/Rio e Graduando em Teologia pela Faculdade Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil.

dessa perspectiva, o debate sobre o jubileu como chave hermenêutica de *Justiça Social*² têm implicações na construção de saberes coletivos sobre os ensinamentos bíblicos.

Tais reflexões têm seu processo embrionário em um módulo da EFP Pr. Martin Luther King Jr. na Igreja Batista em Coqueiral chamado “Jubileu e Economia Restaurativa” onde se discute a relação bíblia-economia e suas implicações no cenário atual. Desenvolver essa proposta é de fundamental importância na construção dos saberes coletivos das escrituras sagradas, como também, no desenvolvimento de uma leitura popular da bíblia. Percebe-se que tal questão é de fundamental importância para a construção de um entendimento coerente das escrituras sagradas, levando em consideração que ela também é usada para manutenção de poder pelas lideranças deslocadas da vivência comunitária espalhadas Brasil afora.

Quando se pensa em “chave hermenêutica”, pensa-se o modo, ou melhor dizendo, o olhar necessário para as escrituras e suas implicações na vida concreta do povo e isso é fazer teológico. Basta refletir: Tinha Jesus, portanto, um modo de ver o mundo? É necessário entender o jubileu como chave hermenêutica de justiça social? Jubileu e o ministério de Jesus estão associados? Quais implicações isso traz ao modo de ser das comunidades hoje? Tais provocações constroem em si um arcabouço reflexivo da conexão escritura-povo, contexto literal e contexto de vida para o hoje e a construção política dessa identidade.

A discussão proposta traz a compreensão do ser humano e sua integralidade. O fazer teológico deve ser atravessado pela cosmovisão integral, entender o ser humano e a criação como um todo. Está, portanto, atravessado por uma missão integral e isso é correlacionado com o conceito de justiça social. Veja o que René Padilla et al. (2021, p. 31) aponta:

O principal interesse de quem está comprometido com a missão integral não é meramente acadêmico. Não nos dedicamos a desenvolver um sistema teológico acadêmico. Mais do que uma teologia, a missão integral é um enfoque com bases bíblicas para a prática da missão.

Enxergando a partir desse ângulo é possível entender que a construção dos saberes teológicos está atrelado ao modo da missão da igreja e sua forma de enxergar o mundo. É por isso que “a palavra de Deus é vigente e transformadora na medida em que seja capaz de dizer algo renovador ao homem e à mulher de hoje; [...] às estruturas econômicas, políticas e

² É sabido que o conceito de Justiça Social surgiu na primeira metade do século XIX (Taparelli D’Azeglio, 1840-1843) e relacioná-lo com a bíblia não é anacronismo, pois o conceito pode até ter sido categorizado depois, mas o seu sentido é, também, exposto na Bíblia, para tanto, ecoa-se, o que Lyra Filho afirma “Justiça Social, antes de tudo: é atualização dos princípios condutores, emergindo nas lutas sociais, para levar à criação dum a sociedade em que cessem a exploração e opressão do homem pelo homem; e o Direito não é mais, nem menos, do que a expressão daqueles princípios supremos, enquanto modelo avançado de legítima organização social da liberdade. (Lyra Filho, 1982, p. 120-121). Aspectos estes relacionados com a cultura jubilar desenvolvida neste trabalho.

sociais” (Padilla et al, 2021, p. 44). Mostrando-se, então, como formadora da *práxis*. É dentro desse cenário que o jubileu como chave hermenêutica de justiça social se manifesta, pois forma uma compreensão sistemática dos textos bíblicos veterotestamentários correlacionados com a temática e suas implicações neotestamentárias no ministério de Jesus. A Justiça Social mostra-se como elemento fundamental não só quanto chave hermenêutica, mas na própria conceituação do Reino de Deus. Então, o que é jubileu?

2 METODOLOGIA

Muito se tem falado sobre justiça social e evangelho, reino de Deus e temas relacionados com a agenda da sociedade contemporânea. O debate proposto aqui visa o alertamento dos textos bíblicos relacionados com a questão da justiça social e como ela está intrínseca ao processo de leitura e interpretação dos textos bíblicos. Por isso, é necessário o debate exegético e hermenêutico dos textos de Levítico, capítulo 25 e a compreensão de jubileu apresentada, como também, a profecia sobre o jobel em Isaías, capítulo 61 e mais para frente Jesus abrindo o texto da profecia de Isaías em Lucas, capítulo 4. O processo exegético é “basicamente uma tarefa histórica. É a tentativa de escutar a Palavra do mesmo modo que os destinatários originais devem tê-la ouvido; descobrir qual era a intenção original das palavras da Bíblia” (Fee; Stuart, 2011, p. 31).

Entende-se, portanto, tal caminho como metodologia de construção desse trabalho. O que segundo Minayo “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (2000, p.16). E dentro dessa perspectiva, optou-se fazer revisão bibliográfica de comentários bíblicos, e dentro disso o princípio hermenêutico/interpretativo da visão de Reino de Deus e suas implicações na questão da justiça social.

Metodologicamente é um trabalho construído por H. Reimer e I. R. Reimer em “Tempos de Graça: O jubileu e as tradições jubilares na Bíblia” (1999) em relação ao texto de Levítico 25, como também, por Padilla (2011). A construção do debate é, também, fomentada por Xavier (2019) o que trará sustentabilidade a compreensão de riqueza e pobreza do debate proposto.

Pretende-se a construção de saberes bíblicos de forma colaborativa com a realidade contemporânea, mas a compreensão necessária dos escritos bíblicos e suas implicações no ideário de justiça social. Vê-se essa questão como cerne do entendimento do Reino de Deus no ministério de Jesus, da igreja primitiva e da tradição cristã.

3 O JUBILEU COMO CHAVE HERMENÊUTICA DE JUSTIÇA SOCIAL

Pensar o Jubileu como chave hermenêutica, bíblicamente falando, precede o entendimento do texto e seu complexo de significados para época escrita e seu primeiro público alvo. O texto do ano sabático e do ano do jubileu em Levítico 25 trazem luz a um processo de reforma agrária, justiça e reparação social quando vista com óculos corretos. Tal perspectiva é compreendida quando voltamos um pouco para entender os Dez Mandamentos. Vejamos:

Guardarás o dia de sábado a fim de santificá-lo, conforme o SENHOR, o teu Deus, te ordenou. Trabalharás seis dias e neles farás todos os teus trabalhos, mas o sétimo dia é um sábado para o SENHOR, o teu Deus. Nesse dia não farás trabalho algum, **nem tu nem teu filho ou filha, nem o teu servo ou serva, nem o teu boi, teu jumento ou qualquer dos teus animais, nem o estrangeiro que estiver em tua propriedade**; para que o teu servo e a tua serva descansem como tu. **Lembra-te de que foste escravo** no Egito e que o SENHOR, o teu Deus, te tirou de lá com mão poderosa e com braço forte. Por isso o SENHOR, o teu Deus, te ordenou que guardes o dia de sábado. (Dt 5, 12-15; NVI, *grifos nossos*).

Percebe-se que tal mandamento é o único com explicação e também o único memorial. Fez-se necessário a explicação por conta do processo de escravidão vivido na época do Egito e seu memorial “lembra-te de que foste escravo”. Essas implicações apontam um processo da compreensão de *Shabbat* enquanto mediador de justiça social. A cultura dominante dos povos vizinhos não possuíam a ideia de descanso, o trabalho era imposto todos os dias da semana com taxas altas de imposto. O *Shabat* é a primeira implicação de Justiça Social descrita em lei no Antigo Testamento(AT).

3.1 O CONCEITO SABÁTICO

O conceito sabático no AT é algo recorrente desde o processo da criação até a constituição da lei. Os dez mandamentos, portanto, constituem uma série de proibições que se dirigem de forma direta ao indivíduo, mas especificamente ao patriarca. Dentro de sua formulação “para que todos possam memorizá-los, são formulados de maneira bem concisa; e para abranger os diversos âmbitos da vida, são agrupados numa sequência de modo que se possa contá-los nos dedos” (Schmidt, 2013, p. 115). Segundo Schmidt (2013) o decálogo não serve à jurisprudência, esses mandamentos advertem os delitos antes mesmo de serem praticados. Constituem, portanto, instruções para a vida que são “mais *ethos* do que *ius*” (Schmidt, 2013, p. 115).

Os dez mandamentos não objetivam estabelecer relação com Deus, seu intuito é manter a relação com o Javé. O povo que outrora foi escravizado no egito, agora tem a

oportunidade de se construir comunidade e as regras a serem construídas partem do bem comum: “Se, por um lado, os dez mandamentos apresentam o relacionamento com Deus em sua peculiaridade (vinculação com a história, adoração exclusiva de Javé, proibição de imagens), eles servem, por outro lado, à **proteção do próximo**” (Schmidt, 2013, p. 116, *grifo nosso*).

Essa proteção ao próximo é expressa em oito proibições e dois imperativos: um sobre honrar pai e mãe e o outro sobre o sábado. Uma vez entendido o decálogo, faz-se necessário entender o conceito do *Shabbat* (Sábado) e sua cadência sabática nas implicações de justiça social. As palavras na língua hebraica quase sempre se derivam de verbo, não diferente da maioria das palavras, a palavra *Shabbat* (שַׁבָּת) deriva do verbo descansar *Shabat* (שָׁבַת), em sentido mais literal significa “parar de trabalhar” e assim é constituído o substantivo que dá origem ao sétimo dia da semana. Importa ressaltar que além da origem do sábado, é necessário entender a teologia do sábado. Por que se devia guardar esse dia? Quais os motivos? Implica, portanto, em ver o sábado como:

uma estipulação social ou humanitária que concede um dia de descanso àqueles que trabalham sob as ordens de alguém: ‘para que descanse o teu boi e o teu jumento; e para que tome alento o filho da tua serva e o forasteiro’ (Êx 23.12; Êx 20.10; Dt 5.14-15). Aqui então esse mandamento dá um passo na direção de tornar todos os homens iguais diante de Deus. Assim como o sábado recorda o fato de os israelitas terem sido libertados do Egito, de igual forma deve tornar-se um agente libertador, pondo em liberdade aqueles que na sociedade sofrem algum tipo de jugo (Harris, 1998, p. 1522).

Na mesma direção, Reimer e Reimer (1999) afirmam:

a lei objetiva colocar um freio à exploração da força de trabalho no ritmo agrícola de Israel. O ‘tu’, como sujeito jurídico, deve referir-se originalmente a israelitas livres e economicamente bem situados, que estão em condições de ter boi, jumento e pessoas escravas. Dentro do espaço de sua ‘casa’ como unidade de produção e reprodução, a lei visa impor limites à exploração da força de trabalho subalterna (Reimer; Reimer, 1999, p. 41).

Implica então afirmar que o processo de guardar o sábado nunca foi um ato meramente simbólico ou categoricamente religioso, suas implicações estão na garantia de Justiça Social no processo de produção e reprodução social.

3.1.1 O ano sabático

É diante disso que se desenvolvem alguns outros conceitos sabáticos, além do sétimo dia, tem-se também o sétimo ano: chamado ano sabático (Levítico 25,1-7). Esse ano amplia as concepções de justiça social implicadas na conceituação do sábado. O texto começa trazendo um novo aspecto a ética comunitária do povo hebreu, a ordem de Deus é que a própria terra

descansará. O que foi comunicado é que durante seis anos o processo de semeadura permaneceria em ritmo de trabalho, mas no sétimo ano a terra deverá descansar por completo. Mostrando um ponto de integralidade ser humano-natureza, ou melhor dizendo, a totalidade da criação divina é público alvo do *shabbat*.

Na tradição bíblica, o ser humano aparece intimamente ligado ao cultivo do solo. Apesar das raízes históricas do povo hebreu em grupos migrantes e itinerantes, uma das tradições bíblicas acerca da criação do ser humano (Gn 2,4-25) afirma que o *adam*, o ser humano, é feito de *adamah*, do pó da terra, ou melhor: do *húmus* da terra cultivável Deus faz o *humanus*. Este *adam* é colocado por Deus no jardim/horta com a missão de cultivar e guardar o Éden original. Este texto de Gênesis 2 é um relato-testemunho de fé que quer explicar a origem e a ligação do ser humano com a terra, mostrando sobretudo o caráter da integridade da criação (Reimer; Reimer, 1999, p. 58).

Essa integridade da criação foi correlacionado ao processo extrativista da terra a serviço do ser humano. “A bíblia estabelece um forte relacionamento entre o homem (*adam*) e a terra (*adamah*)” (Harris, 1998, p.14). E essa correlação *adam-adamah* constroi no processo de conceituação do sábado um movimento pendular de cuidado da terra com o cuidado mútuo entre os seres humanos. Logicamente, se a terra precisa de um ano de descanso e a principal atividade de trabalho do povo no geral está associada à cultura agrícola, logo a cultura do descanso no ano sabático se estende a outras áreas.

Vale ressaltar dentro desse cenário que “a terra ou natureza não é aqui pensada de forma cartesiana somente como uma realidade extra-humana, nem o ser humano é pensado como alguém sobreposto à terra” (Reimer; Reimer, 1999, p.59). O processo conceitual coloca a terra como portadora de direitos específicos. Esse processo legal traz implicações no *modus operandi* da sociedade hebraica. Vejamos.

Estas leis destacam a importância do cuidado dos recursos naturais, representados aqui pela terra. [...] Estas leis nos convidam a dar forma a uma economia concebida como uma “administração que cuida do que nos foi confiado (o que é o significado original da palavra economia), ou uma economia do suficiente”. [...] A economia do suficiente privilegia o estilo de vida simples [menos consumo] e dá lugar ao descanso porque coloca a relação com Deus, com o próximo e com a criação acima dos interesses materiais. É uma economia que [...] leva em conta que “as pessoas importam” [...] uma economia que insiste na satisfação das necessidades básicas de todos os membros da sociedade, e exclui a acumulação de posses materiais em mãos de uma minoria privilegiada (Padilla, 2011, p. 36 *apud* Xavier, 2019, p. 30).

3.1.2 O ano do Jubileu

Como afirma Xavier (2019) “O Antigo Testamento, de modo geral, é repleto de medidas para minimizar as diferenças sociais e econômicas no meio do povo.” (p. 50). E é dentro desse cenário de extensão do conceito sabático que encontramos o ano do jubileu (Levítico 25,8-55). O que é jubileu? Harris (1999) apresenta a palavra como transliteração de

Yobel que, não raro, é associado ao chifre de carneiro usado como espécie de trombeta. E essa anunciação é relatada no texto (cf. vers.9) e traz consigo uma tradição sabática ainda mais complexa que o sábado e o ano sabático.

O ano do jubileu é um ano onde a terra também fica sem ser cultivada. Como também todos os bens retornam aos proprietários originais. A questão do fornecimento de recursos necessários para a sobrevivência é providenciado por Deus e há um processo de reparação econômica-social. E dentro da tradição sabática em cima da numerologia sete, o ano do jubileu ocorre depois de sete anos sabáticos.

O que seria então esse quinquagésimo ano? Seria também um ano sabático com algumas outras atividades. No ano do jubileu ocorrem dois anos sabáticos sequencialmente. E para tanto é necessário trazer ao debate alguns eixos pedagógicos de compreensão desse texto. Tal questão é muito bem trabalhada por Reimer e Reimer (1999) e exaustivamente trabalhada por Xavier (2019).

Libertação de escravos e escravas; Remissão de dívidas; Equidade entre o povo; Solidariedade aos pobres. Esses são, dentre outros, eixos temáticos apresentados em Levítico 25 (vv. 8-55) com uma proposta societária equilibrada e efetiva na justiça social. Perceba que no:

ano do jubileu deverá acontecer uma ampla mudança nas relações sociais, sobretudo no que tange ao direito de acesso à propriedade e às posses. O ano do jubileu deverá ser um ano de reorganização na vida do povo: propõe-se que cada qual deverá poder voltar para sua propriedade original e também os escravos e as escravas deverão ser libertos neste ano (Reimer; Reimer, 1999, p. 77).

Pode-se observar que a proposta jubilar no eixo da libertação dos escravos traz consigo duas características. A primeira é de escravos do próprio povo hebreu, já a segunda é de hebreus escravizados por outros povos. Essas duas características colocam o jubileu no aspecto intra-étnico, todavia os processos de libertação estão intrinsecamente ligados ao processo de fraternidade e com isso a solidariedade aos pobres. (Reimer; Reimer, 1999).

Neste contexto, o Ano do Jubileu é um ano de libertação. As dívidas são canceladas, as terras são redistribuídas, os escravos são libertados e a unidade familiar é restabelecida. Vale ressaltar que o Ano do Jubileu é também um Ano Sabático. A diferença é que no Ano do Jubileu cada um tem o direito de voltar à sua propriedade. Nele acontece uma espécie de “reforma agrária”⁶⁸. É interessante perceber que há uma relação direta entre o Dia da Exiação e a libertação econômica. Isso significa que quando o pecado, que gera a injustiça social, é perdoado, a consequência é justiça social (Xavier, 2019, p. 29-30).

Essa consequência *sine qua non* trazida ao debate por Xavier (2019) traz em si um arcabouço muito interessante no quesito pecado estrutural. Perceba que o texto está em Levítico, situado no pentateuco, e esse livro é responsável por trazer um tratado de santidade

do povo para com Deus e dentro deste cenário encontramos um bloco sobre leis sócio-econômicas (Lv 25-27) e a proposta do jubileu está situada nesse bloco.

Sem mais delongas, o entendimento sabático veterotestamentário está diretamente ligado ao processo de justiça social. Segundo Reimer e Reimer (1999) o ano do jubileu não aconteceu na história de Israel em sua plenitude, como está escrito em Levítico 25. Mas isso não significa que tal processo é fruto de um ideário utópico e/ou idealista. Muito se sabe sobre a história que o povo de Israel percorreu desde da época tribal até o pós exílio babilônico, o povo hebreu foi marcado por muitos altos e baixos principalmente sendo um agente de injustiças e corrompido pelo poder.

Percebe-se, então, a construção de um entendimento de uma tradição jubilar. É tratada, principalmente, na tradição profética. E isso é, na verdade, a porta de entrada para o entendimento que a tradição jubilar está no centro da vontade de Deus. Abaixo discorre-se sobre essa tradição jubilar no livro do profeta Isaías e mais para frente as implicações dessa tradição jubilar no ministério de Jesus.

3.2 A PROFECIA DO ANO ACEITÁVEL

Antes mesmo de falarmos sobre a tradição jubilar em Isaías, faz-se necessário apresentar alguns aspectos bibliográficos tanto da vida do profeta como de sua tradição profética. A tradição do profeta Isaías ultrapassa seu tempo de vida. A coleção Isaías 1-39 é conhecida como Primeiro Isaías e ela é referente ao período de atuação profética dele (Schmidt, 1994).

Sobre o profeta. Ele viveu em 700 a.C, sua atuação profética durou cerca de 40 anos. É o primeiro profeta literário a atuar no Reino do Sul. Mesmo assim, se dirige ao Reino do Norte, também. “Isaías tem acesso ao rei e a grupos de funcionários mais graduados da corte [...] e também conhece a conjuntura política, social e cívica da capital”(Schmidt, 1994, p. 204). É marcado por duas tradições: Sião³ e Davídica. Essas tradições dão base a compreensão messiânica que ocorreu no trito Isaías (Isaías 56-66). A ponte entre o primeiro Isaías e o trito Isaías é o período do exílio, chamado deutero Isaías (Isaías 40-55), esses três períodos (pré exílico, exílico e pós exílio) são atravessados pela tradição profética de Isaías e dentro dela a tradição jubilar.

A época de sua atuação é uma época de repleta contradição no poder, principalmente pelas ameaças da Assíria. Enquanto mensagem profética Isaías tem em sua pregação a crítica

³ Remete-se aqui ao processo de configuração da Lei na tradição profética, Sião o local da centralidade cívica é onde o povo parava, cultuava e lia a torah. E dentro disso vemos a implicações dos mandamentos em Isaías e consequentemente a ideia sabática (cf. Isaías 56,2).

cultural e social e denuncia a arrogância. A rigor, há variedades de temas visto a expansão do público alvo da profecia. É dentro da sua denúncia que o público oprimido, órfãos e viúvas apareceram. Percebe-se, então, a modelagem teológica da historiografia deuteronomista e, também, a centralidade do discurso profético em denunciar as injustiças.

No capítulo 32 percebemos a modelagem de um quadro cujo as condições de vida tem a justiça como direcionadora. Os versículos 17 e 18 trazem a questão da aplicabilidade da justiça e na mesma conceituação a palavra descanso vem à tona. Perceba: “**O fruto da justiça será paz;** o resultado da justiça será tranquilidade e confiança para sempre. O meu povo viverá em **locais pacíficos**, em casas seguras, em lugares tranquilos e de **descanso**” (Is 32, 17-18; NVI, *grifo nosso*).

Paz, enquanto fruto da justiça, não é apenas retratada no conjunto da tradição jubilar, ela aponta ao conceito de reino de Deus. No hebraico o termo “locais pacíficos” remete a palavra Shalom (שָׁלוֹם). Essa palavra acarreta significância em paz, saúde, bem estar, mas não apenas num sentido subjetivo, mas sim no sentido da totalidade. Já a palavra Menuchah (מְנֻחָה) é não só vista como descanso, mas sim local de descanso (Harris, 1998). Quando olhamos para o capítulo todo é possível perceber uma forte relação com a terra e consequentemente ao conceito jubilar nela presente. Pensa-se então que esse retrato colocado no primeiro Isaías sobre a justiça e paz atravessados pela ideia de descanso são apontamentos para a ideia de Reino de Deus. Em Romanos 14,17 Paulo afirma que o Reino de Deus não é comida nem bebida, mas sim, paz, justiça e alegria. Essa conexão mostra para nós a ligação da tradição profética de Isaías e a conceituação do Reino de Deus, inclusive no Novo Testamento.

No trito Isaías, percebemos uma outra imagem fundamental para essa conceituação. No capítulo 65,17-25 vemos uma profecia sobre novos céus e nova terra. É válido lembrar que o período do trito Isaías é um período de esperança messiânica. O povo hebreu tinha passado pelo exílio babilônico e esperava de fato um novo tempo. Expressões como “nunca mais se ouvirão pranto”, “nunca mais haverá crianças vivendo poucos dias” e “os meus escolhidos esbanjarão o fruto do seu trabalho” atravessam essa perícope profética. Outra informação importantíssima é a relação dessa profecia com a terra e o trabalho do povo, mas uma vez a relação com a tradição jubilar.

Uma vez entendido a tradição jubilar nas profecias de Isaías, é crucial saber que o texto que mais remete a essa tradição encontra-se em Isaías 61. Limita-se, aqui, aos versículos conforme a citação de Jesus no Evangelho de Lucas, capítulo 4. Vejamos um quadro

comparativo entre a Bíblia de Jerusalém, a Bíblia do Peregrino, A Almeida Revista Atualizada (ARA) e a Nova Versão Internacional(NVI):

Quadro 1 – Comparativo entre as Bíblias

Versão	Isaiás 61, 1-2a
Bíblia de Jerusalém	<p>1.O espírito do Senhor Iahweh está sobre mim, porque Iahweh me ungiu; enviou-me a anunciar a boa nova aos pobres, a curar os quebrantados de coração e proclamar a liberdade aos cativos, a libertação aos que estão presos,</p> <p>2.a proclamar um ano aceitável a Iahweh (...)</p>
Bíblia do Peregrino	<p>1.O espírito do Senhor está sobre mim, porque o Senhor me ungiu. Enviou-me para dar uma boa notícia aos que sofrem, para curar os corações desgarrados, para proclamar a anistia aos cativos e aos prisioneiros a liberdade,</p> <p>2. para proclamar o ano de graça do Senhor (...)</p>
ARA	<p>1 O Espírito do SENHOR Deus está sobre mim, porque o SENHOR me ungiu para pregar boas-novas aos quebrantados, enviou-me a curar os quebrantados de coração, a proclamar libertação aos cativos e a pôr em liberdade os algemados;</p> <p>2 a apregoar o ano aceitável do SENHOR (...)</p>
NVI	<p>1 O Espírito do Soberano SENHOR está sobre mim, porque o SENHOR me ungiu para levar boas-novas aos pobres.</p> <p>Ele me enviou para cuidar dos que estão com o coração quebrantado, para proclamar liberdade aos cativos e libertação aos prisioneiros,</p> <p>2 para proclamar o ano do favor do SENHOR(...)</p>

Fonte: Bíblias.

É crucial perceber o mesmo trecho em diferentes versões pois é possível observar uma linha comum na tradução, mas também um processo de seleção de palavras chave para mostrar uma significação. A primeira parte do versículo 2 releva a proclamação de um ano que está sob a vontade de Deus, seja “ano aceitável”, “ano de graça” ou “ano do favor” é necessário entender o que esse ano promoveria. Foi falado a pouco que as palavras no hebraico derivam de um verbo. A palavra “ano” é termo derivado do verbo mudar (**נָשַׁׁתֶּה**). Percebe-se já um apontamento do entendimento de ruptura com o *status-quo* dominante.

Segundo Harris (1998) a ideia é de mudança de caráter ou no estilo de vida. Veja, a palavra ano colocada em Isaías 61 traz o conceito da tradição jubilar, pois há outras palavras que significam “ano”, mas essa é colocada no sentido de mudança.

Há nomes de anos que, mesmo não sendo fórmulas de datas, dizem muito e, às vezes, possuem uma significação profética [...] ‘ano de benevolência’(lit., **Is 61.2**; ARA ‘ano aceitável’). Isso fala da salvação proporcionada pelo Messias e emprega uma figura de linguagem derivada do [...] ‘ano da liberdade’ (Ez 46.17; cf **Lv 25.10-11**), também denominado [...] ‘ano do jubileu’ (**Lv 25.13**), em que todos os que se haviam vendido à escravidão eram soltos (Harris, 1998, p. 1591, *grifo nosso*).

É possível observar o caminho percorrido em Harris (1998) na explicação da palavra “ano” e na relação que esse complexo de significação tem com o ano do jubileu em levítico 25 e como é referenciado em Isaías 61 “Dentro do veio das tradições jubilares, este ‘ano da graça de Javé’ constitui, muito provavelmente, uma indicação de um ano sabático, isto é, um ano em que as relações sociais precarizadas poderão novamente ser restabelecidas” (Reimer; Reimer, p. 100).

Esse restabelecimento das relações atravessadas pelo conceito de justiça social está presente na tradição profética e em Isaías há uma ênfase na libertação. O conceito da tradição jubilar, entenda, é maior que sábado enquanto um dia na semana, o que está em jogo na tradição jubilar é o *establishment* da justiça social através do conceito de Reino de Deus. Ao falar das categorias de oprimidos em Isaías 61, Beale e Carson (2014) apontam: “Esse contexto isaiânico também contribui para nossa compreensão dos alvos específicos do ministério do profeta [...] Levando em consideração Isaías 40-55, cada um desses elementos remete à mesma realidade: o reverso da sorte do povo de Deus oprimido” (Turner, 1996, p. 250 *apud* Beale; Carson, 2014, p. 361).

Essa sorte é a superação da opressão, é por isso que no profetismo isaianico referenciamos como tradição jubilar. O povo de Deus que já tinha passado por diversas opressões e estava sonhando com o crescimento e ascensão do povo hebreu, estava agora diante de uma concepção não só de um ano cronológico, a ideia de “ano aceitável” traz em si a ideia de tempo perene e, também, de um tempo escatológico.

E entender isso enquanto chave hermética de justiça social é entender que Jesus Cristo possui uma interpretação bíblica que tem implicações no seu ministério. E essa forma é colocada como ponto de partida do ministério de Jesus no Evangelho de Lucas.

3.4 A MANIFESTAÇÃO EM NAZARÉ

Esse ponto de partida ministerial é trazido por Lucas depois de uma boa introdução sobre o nascimento de Jesus (Lc 1 e 2), consequentemente o anúncio de João Batista (Lc 3) e assim como no Evangelho de Mateus, antes do inicio público do ministério de Jesus é relato a tentação de Jesus. Lucas narra o começo do trabalho messianico na Galileia e Lucas 4,16-29 narra o conhecido Manifesto de Nazaré.

O debate proposto neste ponto é responder às perguntas feitas na introdução. Muito se debate sobre a humanidade de Cristo e como ele poderia ser homem e Deus ao mesmo tempo. Mas pouco se vê construções de debates e saberes sobre as formas de reflexão de Jesus. Então é necessário assumir a posição de que Jesus estava fazendo teologia a todo momento, suas reflexões trazem um novo momento ao cenário rabínico da época (Jeremias, 1971).

O primeiro ponto em vista é o uso da expressão “Reino de Deus” sendo usada várias vezes nos evangelhos, e não só a repetição chama atenção, mas também como essa expressão é aplicada “a constatação que nas palavras de Jesus que tratam da *basileia* encontra-se uma multidão de expressões que não tem nenhum paralelo (nem sequer profano) na maneira de falar dos contemporâneos” (Jeremias, 1971, p.56).

Ou seja, é necessário saber que a expressão “Reino de Deus” ou outras falas semelhantes eram usadas na época de Jesus, mas o que Jeremias (1971), ao falar da *Ipsissima vox de Jesus*, traz é que o conceito trazido em Jesus é outro. Então, percebe-se que há um novo jeito de se pensar e consequentemente uma nova forma de ver o mundo.

Em segundo lugar, é necessário entender onde a questão da tradição jubilar se associa a Jesus. Ao se entender que Jesus estava trazendo uma nova conceituação de Reino de Deus percebemos como ele inaugura seu ministério público em Lucas 4, e o evangelista narra uma citação de um trecho veterotestamentário situado em Isaías 61 com uma frase de Isaías 58.

Como já exposto, Isaías 61 traz em si a ideia jubilar do “ano aceitável”. E isso mostra uma forma de interpretação bíblica de Jesus e como isso se reproduziu no seu ministério, ou seja, a trajetória messiânica na era presente trouxe para si uma chave hermenêutica de justiça social através da tradição jubilar. Vejamos:

Jesus voltou para a Galileia no poder do Espírito, e por toda aquela região se espalhou a sua fama. Ele ensinava nas sinagogas, e todos o glorificavam. Ele foi a Nazaré, onde havia sido criado, e no dia de sábado entrou na sinagoga, como era o seu costume, e levantou-se para ler. Foi-lhe entregue o pergaminho do profeta Isaías, e, desenrolando-o, encontrou o lugar onde estava escrito: “**O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para levar boas-novas aos pobres. Ele me enviou para proclamar liberdade aos presos e recuperação da vista aos cegos, para libertar os oprimidos e proclamar o ano do favor do Senhor**”. Então, fechou o livro, devolveu-o ao assistente e sentou-se. Na sinagoga, todos tinham os

olhos fitos nele, 21 e ele começou a dizer-lhes: — Hoje se cumpriu a Escritura que vocês acabaram de ouvir.(Lc 4, 14-21; NVI, *grifo nosso*)

Essa perícope tem muitos conceitos teológicos que não será possível esgotá-los nesse trabalho, mas é crucial que alguns pontos cruciais para o entendimento da tradição jubilar no texto sejam retratados.

A princípio, a narrativa coloca a volta para a Galileia com uma ênfase no poder do Espírito. Essa ênfase já mostra um resgate a tradição profética, na época inter bíblica, pouco se viu o profetismo, e no AT o Espírito sempre remete a ação de Deus através do profeta. E o resgate feito em Lucas 4 aponta não só o poder do Espírito, mas a chegada da ação profética messiânica, esse Espírito, também, guia Jesus para o deserto no início do capítulo e no Manifesto de Nazaré é a forma que a narrativa apresenta o retorno de Jesus. Depois disso, é apresentado que a fama de Jesus se espalhava e isso traz um recurso prévio para a manifestação pública e inicial do seu ministério.

O Evangelho de Lucas traz a informação da ida a Nazaré como cidade da criação de Jesus, isso mostra que o público alvo dessa manifestação de Jesus são pessoas que viram ele crescer é por isso que mais a frente ele é tratado como “Esse não é o filho de José?” Uma forma implícita de descredibilizar a pregação dele. Logo após é apresentado o dia em que Jesus foi a sinagoga, é narrado que isso era uma costume dele, provavelmente remetendo ao processo de formação que Jesus teve e também a tradição de sua família em ir a sinagoga. Agora o dia do sábado é colocado não de forma imprópria ou descabimento: todo elemento na narrativa é colocado de forma proposital (cf. v. 16).

O sábado era o centro da atividade religiosa do povo judeu, os povos vizinhos também tinham noção dessa cultura. E na sinagoga Jesus se levanta para ler. É preciso entender que pessoas da sociedade comum, ainda que rabinos do povo, não tinham autoridade para ler o pentateuco (lei), esta atividade era exclusiva dos sacerdotes. Logo, já esperavam que Jesus viesse alguma passagem dos escritos ou alguma profecia. E o que a narrativa coloca é que alguém lhe entregou o pergaminho do profeta Isaías, e então se encontra o local da passagem de Isaías 61 (Schmidt, 1994).

O rolo é fechado e devolvido ao assistente, essa não era uma prática comum. Não se interrompia a leitura de uma profecia, lia-se ela completa. Muitos debates aplicam a escrita de lucas nesta citação em um quadro de omissão da segunda parte do versículo 2 de Isaías 61, por se falar de juízo, outros afirmam que a mescla entre o capítulo 58 e o capítulo 61 sejam fruto de uma releitura de Lucas da versão LXX do AT (Beale; Carson, 2014). Independente

do eixo filosófico, é certo que a tradição jubilar exposta em Isaías 61 é um texto utilizado por Jesus para falar da sua chegada. Ele termina dizendo “Hoje se cumpriu a Escritura que vocês acabaram de ouvir”. Jesus Cristo traz para si a figura do cumprimento da promessa do servo de Isaías 61. Não só a ideia de ler a promessa é relatada no evangelho, mas também a ideia de cumprimento.

Essa relação é vinculada com o ideário messianico da época e também com o conceito escatológico presente (Reino de Deus). Padilla (2022) traz três observações no que tange a manifestação de nazaré e a sua relação com a conceituação do Reino de Deus. Vejamos:

Primeiro, Jesus anuncia o evento no qual, segundo as expectativas judias do seu tempo, Deus enviaria seu Espírito. Essa chegada do Espírito marcaria o fim de uma ausência que se havia iniciado séculos antes e estava vinculada ao silêncio de Deus durante o período intertestamentário. Ungido pelo Espírito, Jesus estava habilitado a cumprir sua missão como o messias prometido pelos profetas do Antigo Testamento. Segundo, a era do Espírito marca o estabelecimento do reino de Deus. É a era na qual os pobres - a escória de uma sociedade marcada pela iniquidade, incluindo os cativos, os cegos e os oprimidos - são beneficiados pela justiça e pela paz de uma nova ordem que se ajusta à vontade de Deus. Terceiro, essa nova ordem que o messias vem estabelecer, que se denomina ‘o ano favorável do Senhor’ se refere ao ano do jubileu, em que os escravos eram liberados e as dívidas eram perdoadas, segundo Levítico 25.8-22 (Padilla, 2022, p.30).

Os apontamentos do autor supracitado, ajudam a esclarecer o porquê do jubileu ser uma chave hermenêutica de Justiça Social, utilizada por Jesus. O público alvo tanto em Levítico 25, Isaías 61 e Lucas 4 são os mais desfavorecidos, logo se estão presentes nos discursos, a justiça deve-se fazer presente. É expressão de centralidade na compreensão do Reino de Deus: Justiça Social.

DeYoung (2008), ao falar da tradição bíblica na história do cristianismo afirma que “muitos cristãos aceitam a orientação das escrituras hebraicas no que diz respeito à harmonia e à justiça social. O Novo Testamento reforça essa ordem. Jesus afirma em seu primeiro sermão” (DeYoung, 2008, p. 26). Mostra-se, portanto, que a ideia dicotômica entre fé e política, sociedade e igreja é fruto de uma era posterior a da sociedade judaica à qual Jesus pertenceu. Há em Jesus Cristo uma nova conceituação, porém há nos primeiros ouvintes a compreensão de que tais coisas estão associadas. Basta se perceber em Lucas 7, 22 quando os discípulos de joão batista questiona Jesus sobre o perfil messianico, ele não responde com uma citação bíblica ou filosófica, mas sim com a aplicabilidade da sua pregação em Lucas 4: “Então, Jesus respondeu:— Voltem e anunciem a João o que vocês viram e ouviram: os cegos veem, os aleijados andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados, e o evangelho está sendo pregado aos pobres” (Lc 7,22; NVI).

É perceptível que “a proposta jubilar permeia todo ministério de Jesus. Esse ministério tem o reino de Deus e sua justiça como centro e fundamento” (Reimer; Reimer, 1999. p. 113). E para além de uma compreensão bíblica sobre o jubileu como chave hermenêutica de Justiça

Social, é preciso caminhar para que essa realidade que foi concretizada em Jesus seja perpetuada por sua Igreja, comissionada a dar continuidade a seu ministério.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre os textos; A compreensão do reino de Deus; O entendimento de Justiça Social à luz da bíblia. São pontos cruciais para a caminhada pelo bem comum.

Percebe-se que antes mesmo de entendermos a questão da tradição jubilar, foi exposto a compreensão do fazer teológico. Esse ponto de partida é crucial para o desenvolvimento de uma leitura popular da bíblia principalmente com enfoque na Justiça Social, visto que esse assunto atravessa toda ela.

Outrossim, é necessário a construção desse ideário é pensar nas implicações que tal compreensão traz às comunidades de hoje. Há diversas teologias contemporâneas, muitas vertentes sendo criadas, modelos e métodos de interpretação bíblica sendo disseminados. Do outro lado, o debate aqui proposto objetivou elaborar a temática do jubileu enquanto chave hermenêutica da compreensão bíblica de justiça social visando formar uma compreensão sistemática dos textos bíblicos veterotestamentários correlacionados com a temática e suas implicações neotestamentárias. Foi então “escutar a Palavra do mesmo modo que os destinatários originais devem tê-la ouvido; descobrir qual era a intenção original das palavras da Bíblia.” (Fee; Stuart, 2011 ,p.31). Obviamente, seria injusto afirmar que não há nenhum atravessamento na elaboração do trabalho, mas é necessário a construção de uma análise bíblica através dos elementos que ela oferece para o leitor e qual aplicabilidade ela traz para a sociedade e não só ao indivíduo isolado.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Antigo Testamento. Deuteronômio. In: BÍBLIA. Português. **YouVersion** (online). Tradução Nova Versão Internacional. Disponível em: <https://www.bible.com/pt/bible/129/DEU.5.NVI>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BÍBLIA. Antigo Testamento. Isaías. In: BÍBLIA. Português. **YouVersion** (online). Tradução Nova Versão Internacional. Disponível em: <https://www.bible.com/pt/bible/129/ISA.32.NVI>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BÍBLIA. Antigo Testamento. Isaías. In: BÍBLIA. Português. **YouVersion** (online). Tradução Nova Versão Internacional. Disponível em: <https://www.bible.com/pt/bible/129/ISA.61.NVI>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BÍBLIA. Antigo Testamento. Isaías. In: BÍBLIA. Português. YouVersion (online). Almeida Revista e Atualizada . Disponível em: <<https://www.bible.com/pt/bible/1608/ISA.61.ARA>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BÍBLIA de Jerusalém: (ed. de 1973). São Paulo: Ed. Paulinas (depois Paulus), a partir de 1981 / nova ed. com base na 3^a ed. franc. revista e ampliada. Ed. Paulus, 2002.

BÍBLIA do Peregrino: adapt. bras. de trad. espanhola dos originais. Ed. Paulus, 2002.

BÍBLIA. Novo Testamento. Lucas. In: BÍBLIA. Português. YouVersion (online). Tradução Nova Versão Internacional. Disponível em: <https://www.bible.com/pt/bible/129/LUK.4.NVI>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BÍBLIA. Novo Testamento. Lucas. In: BÍBLIA. Português. YouVersion (online). Tradução Nova Versão Internacional. Disponível em: <https://www.bible.com/pt/bible/129/LUK.7.NVI>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CARSON, D. A.; BEALE, G. K. (org.). **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórica-metodológica. 19 ed. São Paulo: cortez [Lima, Peru]: CELATS, 2014.

DEYOUNG, C. P. **Fé viva**: como a fé inspira a justiça social. São Paulo: Paulus, 2008.

JEREMIAS, Joaquim. **Teologia do Novo Testamento**: a pregação de Jesus. Paulinas: São Paulo, 1977.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito?**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento**. 3º ed. São Leopoldo: Sinodal, 1994.

STEUERNAGEL, Valdir (Edit.). **Caminhos de um evangelho integral**: um roteiro teológico. Viçosa: Ultimato, 2023.

HARRIS, R. L. **Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998.

FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. **Entendes o que lês**: um guia para entender a Bíblia com o auxílio da exegese e da hermenêutica. 3ed. São Paulo: Vida Nova, 2011.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 9-29.

PADILLA, C. René. **O que é missão integral?**. Viçosa: Ultimato, 2009.

PADILLA, C. René *et al.* **Raízes de um evangelho integral:** missão em perspectiva histórica. Viçosa: Ultimato, 2021.

PADILLA, C. René. **A essência do evangelho:** uma análise da boa nova de Cristo, da igreja e da missão. São Paulo: Mundo Cristão, 2022.

REIMER, H. REIMER, I. R. **Tempos de Graça:** O jubileu e as tradições jubilares na Bíblia. São Leopoldo: Sinodal: CEBI: Paulus, 1999.

TAPARELLI D'AZEGLIO, Luigi. **Saggio teoretico di dritto naturale appoggiato sul fatto.** Roma: Stamperia della Rev. Cam. Apostolica, 1840-1843. 2 v.

XAVIER, L. F. **O Ensino de Jesus Acerca do Dinheiro:** os conflitos com os fariseus durante a viagem a Jerusalém segundo Lucas e suas implicações para o discipulado cristão hoje. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Belo Horizonte, p. 340. 2019.